

## O processo de formação da rede monástico-conventual do Algarve (1189-1834)

Catarina Almeida Marado

Universidade do Algarve

A geografia monástico-conventual portuguesa é normalmente caracterizada, em termos gerais, pela confrontação entre o Norte e o Sul, que opõe, da mesma forma, as ordens monásticas às mendicantes. Ou seja, a interpretação da distribuição territorial dos institutos religiosos em Portugal assenta na ideia de que as primeiras se concentraram nas regiões mais a norte e as outras se localizaram preferencialmente a sul. Mas este é apenas o ponto de partida para um amplo campo de trabalho sobre as relações destas instituições com o território.

Neste contexto, e procurando conhecer com maior detalhe o modo como o clero regular se distribuiu em terras portuguesas, efectuaremos no presente artigo, uma reflexão sobre este tema dentro do espaço territorial do Algarve, centrando-nos essencialmente na análise do processo de formação da sua rede monástico-conventual.

Trata-se, no entanto, de retomar uma investigação já iniciada em estudos anteriores. Numa primeira fase, dirigidos aos conventos capuchos do Algarve<sup>1</sup>,

---

<sup>1</sup> MARADO, Catarina Almeida (2001) "Convento de San Antonio dos Capuchos de Faro", Trabalho apresentado na disciplina de "Conocimiento, protección y rehabilitación de las Clausuras Sevillanas" titulada pelos Professores Maria Teresa Pérez Cano e Eduardo Mosquera Adell no ano académico de 2000/2001, relativo ao Programa de Doctorado "Teoría y Práctica de la Rehabilitación Arquitectónica y Urbana" da Universidade de Sevilla; MARADO, Catarina Almeida (2003) Los edificios de los antiguos conventos capuchos en el Algarve: Localización e integración. Memorias en el espacio urbano. Tese de Investigação do Período de Investigação do Programa de Doutoramento em "Teoría y Práctica de la Rehabilitación Arquitectónica y Urbana", para obtenção do DEA na área científica de "Urbanística y Ordenación del Territorio". Universidade de Sevilha (ETSArquitectura), Sevilha; MARADO, Catarina Almeida (2004). "Património monástico-conventual do Algarve: os antigos conventos capuchos". 12º Congresso do Algarve. Actas. Tavira: Racal Clube, C.M.Tavira, 2004, pp. 11-18; MARADO, Catarina Almeida (2004). "Los edificios de los antiguos conventos capuchos en el Algarve: Localización e integración". PELÁEZ DEL ROSAL, M. (ed.). El Franciscanismo en Andalucía. Los capuchinos y la Divina Pastora. Actas del IX Curso de Verano El Franciscanismo en Andalucía. Córdoba: Caja Sur, 2004, pp.15-36; MARADO, Catarina Almeida (2004). "Patrimonio y territorio. La geografía conventual capucha". FERNÁNDEZ MATRÀN, M.A. (coord.) VII Congreso Internacional de Rehabilitación del Patrimonio Arquitectónico e Edificación. Libro de Actas. La Laguna: CICOP, 2004, pp. 26-30; MARADO, Catarina Almeida (2006). "Los tres conventos franciscanos de la ciudad de Faro". PELÁEZ DEL ROSAL, M. (ed.). El Franciscanismo en Andalucía. Clarisas, concepcionistas y terciarias regulares.

depois alargados a todos os exemplares da arquitectura monástico-conventual desta região<sup>2</sup>, e finalmente, direccionados para aqueles que se localizam actualmente em áreas de expansão urbana recente<sup>3</sup>.

Dentro deste percurso - e sempre no universo de arquitectura monástico-conventual - em cada momento deu-se mais atenção a uma determinada vertente temática. Primeiro, procurando compreender os critérios de localização destas arquitecturas e também, os processos de transformação da sua envolvente. Depois, numa perspectiva mais abrangente, interpretando estes edifícios como bens de interesse cultural. E por último, centrando a discussão na problemática da salvaguarda da envolvente territorial deste património. Tudo isto porém, coube dentro de um mesmo interesse de investigação: a dimensão territorial e urbana da arquitectura monástico-conventual.

E é ainda dentro deste âmbito que se enquadra esta nova reflexão sobre o processo de instalação das ordens religiosas no Algarve<sup>4</sup>, onde com base em trabalhos realizados anteriormente, se reinterpretem alguns dados, adicionando ou reformulando outros. Mas que principalmente, permite tornar a reflectir sobre eles, à luz da evolução do conhecimento nestas matérias.

---

Actas del X Curso de Verano: El Franciscanismo en Andalucía. Córdoba: Asociación Hispánica de Estudios Franciscanos, 2006, pp.15-22; MARADO, Catarina Almeida (2008). "Os frades capuchos no Reino do Algarve: processo de instalação e tipologia de localização". Anais do Município de Faro. Vol.s XXXIII-XXXIV (2003-2004). Faro: Câmara Municipal de Faro, 2008, pp. 12-27.

<sup>2</sup> MARADO, Catarina Almeida (2006) Antigos Mosteiros e Conventos do Algarve: um percurso pelo património da região. Lisboa: Edições Colibri; MARADO, Catarina Almeida (2007) Patrimonio conventual y periferia. La salvaguardia de los antiguos espacios conventuales del Algarve. Tese de Doutoramento apresentada no Departamento de Urbanística y Ordenación del Territorio da ETSArquitectura. Universidade de Sevilha, Sevilla.

<sup>3</sup> MARADO, Catarina Almeida (2004). "Sobrevivir en la periferia: los antiguos espacios conventuales". Forum UNESCO. Universidad y patrimonio. IX Seminario Internacional. La gestión del patrimonio, centralidad y periferia. Resúmenes. Buenos Aires: UBA, UPV., UNESCO, ICOMOS, 2004, pp. 30-31; MARADO, Catarina Almeida (2007) Patrimonio conventual y periferia. La salvaguardia de los antiguos espacios conventuales del Algarve. Tese de Doutoramento apresentada no Departamento de Urbanística y Ordenación del Territorio da ETSArquitectura. Universidade de Sevilha, Sevilla; MARADO, Catarina Almeida (2008). "A propósito da "envolvente" do património construído: o caso do antigo convento capucho de Loulé". Revista do Arquivo Histórico Municipal de Loulé – Al'ulyã, n.º 12. Loulé: Câmara Municipal de Loulé, 2008, pp. 131-141; MARADO, Catarina Almeida (2011). "Património monástico-conventual: localização versus reabilitação" in Simpósio Reabilitação do Património Monástico inserido no CLME'2011/III CEM – Proceedings. Porto, Edições INEGI.

<sup>4</sup> O presente artigo tem por base o parte dos capítulos 1 (El escenario monástico-conventual) e 2 (La fundación y la presencia de las casas regulares: dimensión territorial, urbana y arquitectónica) da Parte I (Los edificios de tipología conventual del Algarve: de lo sagrado al profano) da Tese de Doutoramento em Arquitectura apresentada ao Departamento de Urbanística y Ordenación del Territorio da ETSArquitectura da Universidade de Sevilha, com o título "Patrimonio conventual y periferia. La salvaguardia de los antiguos espacios conventuales del Algarve".

Importa ainda referir, que tratando-se de um exercício de reflexão sobre um caso específico – o Algarve – este artigo não tem obviamente a pretensão de abranger todas as questões que dizem respeito à relação das ordens religiosas com o território. Mas pretende certamente contribuir, quer em termos metodológicos, quer através dos resultados produzidos, para o desenvolvimento deste tema. Assim sendo, as hipóteses que aqui se apontam relativamente à forma de distribuição das comunidades regulares, embora pontualmente confrontadas com estudos relativos a outros âmbitos territoriais<sup>5</sup>, deverão ser complementadas e aprofundadas por trabalhos de investigação mais amplos.

O processo de formação da rede monástico-conventual do Algarve, que aqui nos propomos analisar, refere-se ao período entre 1189 e 1834, ou seja, entre o início da Reconquista Cristã deste território, com a primeira conquista de Silves, e a extinção das ordens religiosas<sup>6</sup>. Ao longo deste tempo, nesta região formou-se uma rede constituída por vinte e seis casas monástico-conventual<sup>7</sup>, onde identificámos a presença de trinta e duas comunidades<sup>8</sup>, masculinas e femininas, pertencentes a dez diferentes ordens religiosas<sup>9</sup>.

Esta rede foi maioritariamente formada por comunidades mendicantes. Predominou a Ordem de São Francisco, com um total de dezasseis comunidades: duas de Claustrais, fundadas em Tavira e Loulé; três de Observantes, em Tavira,

---

<sup>5</sup> Faremos referência ao longo do texto a alguns estudos sobre as áreas a Sul do Tejo, nomeadamente SANTOS, Maria Leonor Ferraz de Oliveira Silva (2009). "As Ordens Religiosas na Diocese de Évora 1165-1540". *Medievalista* [em linha]. N.º7, (dezembro 2009). [consultado em 13.07.2011]. Disponível em <http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/> e também a FONTES, João Luís Inglês. "Cavaleiros de Cristo, monges, frades e eremitas: um percurso pelas formas de vida religiosa em Évora durante a Idade Média (séculos XII a XV)", *Lusitânia Sacra*, 2ª série, tomo XVII, p. 39-61.

<sup>6</sup> Em estudos anteriores tomou-se como barreira cronológica a data de 1248 (data de finalização da Reconquista cristã), porém, comprovada a presença de ordens religiosas neste espaço durante o processo de Reconquista, decidimos alargar o âmbito temporal desta análise.

<sup>7</sup> Neste estudo considerámos apenas os edifícios de tipologia monástico-conventual. Ou seja, não contabilizámos outro tipo de casas (hospícios, recolhimentos, ou outros). Faremos no entanto, referência, ao longo do texto, a algumas destas presenças. Sobre este assunto ver MARADO, Catarina Almeida (2007) *Património conventual y periferia. La salvaguardia de los antiguos espacios conventuales del Algarve*. Tese de Doutoramento apresentada no Departamento de Urbanística y Ordenación del Territorio da ETSArquitectura. Universidade de Sevilha, Sevilla, vol. I, pp. 36-44.

<sup>8</sup> Da mesma forma, também aqui apenas considerámos as presenças de religiosos e religiosas em casas monástico-conventuais. A diferença de números entre as comunidades e os edifícios é justificada pelo dinamismo que caracterizou esta rede, onde foi frequente a substituição de comunidades religiosas num mesmo edifício e inclusive a troca de casas entre elas. Sobre este assunto ver MARADO, Catarina Almeida (2007). *Ob. cit.* pp. 30-32.

<sup>9</sup> Apesar deste trabalho se dirigir apenas ao estudo da presença das ordens religiosas, faremos também pontualmente referência à breve presença da Ordem de Cristo em Castro Marim.

Faro e Lagoa; sete da “Mais Estrita Observância”, que se distribuíram por toda a região, desde o Cabo de São Vicente a Tavira; duas femininas, uma de Santa Clara em Faro e outra de freiras Concepcionistas Franciscanas em Loulé; e ainda, duas do terceiro ramo, em Silves e em Monchique. A Ordem de São Domingos, pelo contrário, não chegou a instalar nenhuma comunidade em território algarvio, no período em análise. Só posteriormente, em 1879, já depois da extinção das ordens, uma comunidade de Freiras Dominicanas tomou posse do Convento de São José de Lagoa.

Porém, outras ordens mendicantes marcaram presença neste espaço. A Ordem do Carmo, por exemplo, teve quatro casas: uma de Carmelitas Calçados, em Lagoa, outra de Descalços em Tavira, e duas de freiras, em Lagos e em Lagoa<sup>10</sup>. Os Eremitas de Santo Agostinho, por outro lado, fundaram apenas duas casas de frades Calçados, em Tavira e em Loulé<sup>11</sup>. Tendo como principal missão a redenção de cativos, a Ordem da Santíssima Trindade instalou nesta última frente da Reconquista, duas comunidades, em dois períodos diferentes, nas cidades de Silves e Lagos<sup>12</sup>. A Ordem de São João de Deus, cujos frades se dedicavam ao serviço hospitalar, instalou-se também em Lagos.

Dentro dos clérigos regulares, predominou a Companhia de Jesus, que teve dois colégios, um em Faro e outro em Portimão. Este último foi, após a extinção deste instituto, ocupado por outro grupo de clérigos regulares, da Ordem de São Camilo de Lélis.

No Algarve foi também frequente o aparecimento de eremitérios, fundados em locais isolados por comunidades que viviam sob regra comum. Dentro deste grupo, destacamos os Monges dos Pegos Verdes<sup>13</sup> que se instalaram no interior da serra algarvia.

---

<sup>10</sup> Relativamente a esta comunidade feminina importa referir que embora ela se tenha constituído numa casa em forma de convento, na realidade esse espaço foi sempre entendido como recolhimento, isto porque esta comunidade não terá chegado a ser integrada na Ordem das Carmelitas Descalças, como era sua intenção. Sobre este assunto ver SANTOS, Rossel Monteiro (2001). História do Concelho de Lagoa. Lisboa: Edições Colibri e Câmara Municipal de Lagoa, vol.II, pp. 175-178.

<sup>11</sup> Nesta mesma cidade, os Agostinhos Descalços tiveram um hospício. Sobre este assunto ver MARADO, Catarina Almeida (2007) Patrimonio conventual y periferia. La salvaguardia de los antiguos espacios conventuales del Algarve. Tese de Doutoramento apresentada no Departamento de Urbanística y Ordenación del Territorio da ETSArquitectura. Universidade de Sevilha, Sevilla, vol. I, pp. 39-40.

<sup>12</sup> Existe ainda referência a outra comunidade de frades Trinitários que constituiu um hospício na Ermida de São Pedro. Cf. ALBERTO, Edite (2000). "Trinitários". AZEVEDO, Carlos A. Moreira (dir.). Dicionário da História Religiosa de Portugal. Lisboa: Círculo dos Leitores.

<sup>13</sup> Sobre os Monges dos Pegos Verdes ver ALMEIDA, Fortunato de (1968). História da Igreja em Portugal. Porto/Lisboa: ed. Livraria Civilização, vol. III, p. 109.

Pelo contrário, a presença monástica no Algarve foi bastante reduzida. Nesta área geográfica, a Ordem de Cister fundou apenas um mosteiro feminino em Tavira. E as ordens de São Jerónimo e São Paulo, ambas de origem eremítica, instalaram também somente uma comunidade nesta região. A primeira, teve uma breve presença no Cabo de São Vicente em Sagres, e a segunda, inicialmente instalada nos arredores de Tavira, transferiu-se depois para o interior da cidade.

Em Portugal, como sabemos vários estudos indicam a existência de uma maior concentração de comunidades monásticas no Norte do território, contrastando com o Sul onde predominavam as famílias mendicantes. A constituição da rede monástico-conventual do Algarve – que atrás descrevemos – enquadra-se claramente nesta leitura da distribuição territorial das ordens religiosas. De facto, como constatámos, foram poucas as comunidades monásticas que se instalaram neste espaço geográfico. E dentro deste grupo, verificámos que têm maior expressão aquelas que resultaram de formas de vida eremítica. Aliás, o mesmo se passa em toda a área a Sul do Tejo, onde a presença monástica é bastante reduzida, quando comparada com outras zonas mais a norte.

Por outro lado, a Sul é também evidente, uma forte presença franciscana. O estudo efectuado por Leonor Ferraz de Oliveira relativamente à presença do clero regular na Diocese de Évora<sup>14</sup>, embora abrangendo apenas um período até 1540, demonstra também a prevalência da Ordem dos Frades Menores, que certamente se intensificou nos séculos seguintes. Relativamente ao espaço da Diocese do Algarve, que aqui nos propusemos analisar, a situação é idêntica no que se refere à predominância da família franciscana. Tanto no conjunto dos seus diferentes ramos (masculino, feminino e terceiro) com ao nível das suas distintas tendências, onde a da “mais estrita observância” detém a maioria, constituindo, de longe, o grupo com maior número de casas instaladas nesta região.

Estas conclusões, fundamentadas aqui pelos números apresentados, podiam em parte ser já intuídas através de uma breve análise da constituição da rede de mosteiros e conventos em Portugal. Os dados apresentados pelo *Agiologio Lusitano*<sup>15</sup> publicado entre 1652 e 1744, por exemplo, demonstram inequivocamente a supremacia da grande família franciscana face às restantes<sup>16</sup>. Falamos, é claro,

---

<sup>14</sup> SANTOS, Maria Leonor Ferraz de Oliveira Silva (2009). “As Ordens Religiosas na Diocese de Évora 1165-1540”. *Medievalista* [em linha]. N.º7, (dezembro 2009). [consultado em 13.07.2011]. Disponível em <http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/>.

<sup>15</sup> CARDOSO, Jorge (1652-1744). *Agiologio Lusitano*. Lisboa: Officina Craesbeekiana.

<sup>16</sup> Ver a descrição do número de casas religiosas de cada instituto em MARADO, Catarina Almeida (2007). *Ob. cit.*, vol. 2, p.8 (quadro de análise 1.6 - El significado en el contexto nacional).

em quantidade de casas. Assim sendo, em boa verdade, o que constatámos para o Algarve, e que se verifica para todo o Sul, foi também uma realidade para o território português na sua totalidade. Desta forma, entende-se que muito há ainda a fazer relativamente ao conhecimento da geografia monástico-conventual portuguesa. Sendo certo que a configuração da rede monástico-conventual a norte do limite natural desenhado pelo Tejo, é bastante distinta daquela que podemos observar a sul, há obviamente outros aspectos a esclarecer. As casas franciscanas estarão também em maioria nas regiões mais a norte? As comunidades mendicantes terão também suplantado em número a concentração das ordens monásticas, por exemplo nas regiões do Douro e das Beiras? Por agora, e na falta de outros dados que melhor contextualizem este nosso estudo, podemos concluir que as principais características da rede monástico-conventual do Algarve decorrem sobretudo da cronologia do próprio território, que passou definitivamente para domínio cristão em meados do século XIII, no tempo em que as formas de vida monástica já não tinham o vigor dos séculos anteriores, e em que se difundia, com grande sucesso, a corrente mendicante.

É certo porém que, para além desta razão de ordem histórica, outros factores terão contribuído para a configuração desta estrutura monástico-conventual, nomeadamente as particularidades dos distintos modelos de vida religiosa e dos percursos históricos individuais de cada um dos institutos religiosos, e também, as características físicas, políticas, económicas e sociais deste território em cada momento.

No processo de formação da rede monástico-conventual do Algarve, que decorreu precisamente da conjugação destes dois principais factores, podemos observar quatro fases, que correspondem a diferentes ritmos de fundações monástico-conventuais<sup>17</sup>.

A primeira, que começa com o início da Reconquista Cristã do Reino do Algarve e que termina ainda antes de meados do século XIV, corresponde à chegada das primeiras ordens a este território: os Trinitários, que acompanhavam a Reconquista, e os Franciscanos, que procuravam as cidades para se instalarem. Em 1239, ainda antes de finalizada a ocupação cristã, foi fundado um convento da Ordem da Santíssima Trindade em Silves, cujo trabalho de retenção de cativos foi importantíssimo nesta última frente de batalha. No início do século XIV chegaram os

---

<sup>17</sup> Ver MARADO, Catarina Almeida (2007). Ob. cit., vol. 2, pp.23-24 (quadro de análise 2.4 – As diferentes fases)

primeiros franciscanos, instalando-se em Tavira e em Loulé, dois dos mais importantes núcleos urbanos à época<sup>18</sup>.

Segue-se um período de completa inexistência de novas fundações regulares, que decorreu sensivelmente entre meados do século XIV e inícios do XVI. Nesta data, no Algarve, apenas existiam dois conventos franciscanos, dado que a casa de Trinitários havia sido encerrado em 1450<sup>19</sup>.

O século XVI trouxe um período de enorme dinamismo, que se estendeu, com ritmos algo diferentes, até cerca de meados do XVII. Na primeira metade de quinhentos fundaram-se um terço da totalidade das casas regulares que existiram no Algarve. Chegaram em força os Franciscanos (duas comunidades de Observantes, uma de freiras de Santa Clara e cinco de Capuchos), instalaram-se os Jerónimos no Cabo de São Vicente, fundou-se uma casa de monjas de Cister em Tavira, e ainda, outra de Gracianos na mesma cidade. Na segunda metade desse século abrandou ligeiramente o ritmo das fundações, para voltar a subir no início do XVII, quando surgiram mais Franciscanos, Eremitas de São Paulo, Trinitários, Jesuítas, entre outros. Finalmente, findo o primeiro quartel de seiscentos, a rede monástico-conventual do Algarve estava praticamente completa, já se tinham efectuado três quartos das fundações que ocorreram nesta região.

Na fase seguinte inverteu-se totalmente esta tendência. No período que tem início no segundo quartel do século XVII e que se prolonga por todo o século XVIII, são poucas as fundações que acontecem. Para além da institucionalização das recolhidas de Loulé e de Lagoa, instalaram-se os Carmelitas em Tavira, os Jesuítas em Portimão, que ainda nesta fase e após a sua expulsão, foram substituídos por uma comunidade de Padres Camilos. Finalmente na transição para o século XIX surgem os eremitas dos Pegos Verdes perto de Portimão, encerrando as fundações regulares no Algarve.

Os ritmos que caracterizaram a implantação do clero regular no Reino do Algarve correspondem sensivelmente àqueles que podemos identificar no processo

---

<sup>18</sup> Tavira era, na época, considerada o mais importante centro urbano do Algarve e também, Loulé, cuja importância é revelada pelo registo da sua feira como a única existente na região, nas centenas existentes no país no período entre meados do século XIV e início do último quartel do século seguinte. Ver FONSECA, Luís Adão da (1999). "O Algarve da Reconquista à conjuntura depressiva do século XIV". MARQUES, M.<sup>a</sup> da Graça Maia (coord.). *O Algarve: da Antiguidade aos nossos dias*. Lisboa: Edições Colibri, pp. 118.

<sup>19</sup> Existe ainda referência a outra comunidade de Trinitários, que instalou um hospício em Faro por volta de 1415, mas que também foi encerrado nesta data. Também os freires de Cristo, instalados em Castro Marim desde 1319, haviam já trasladado a sua sede para Tomar, onde acabaram por edificar convento.

de instalação das ordens religiosas no resto do território português<sup>20</sup>, com diferenças mínimas. A primeira, e óbvia, refere-se ao facto de que quando se deu início à instalação das ordens religiosas em território português, o Algarve ainda se encontrava sob domínio muçulmano. Portanto o período inicial de divulgação do ideal monástico não abrangeu este território. Por outro lado, o importante impulso ao número de fundações que aconteceu a partir do século XIII, com o surgimento das ordens mendicantes, teve neste espaço geográfico pouca expressão. Como vimos, para além da breve presença dos frades da Santíssima Trindade, apenas duas comunidades franciscanas se instalaram no Algarve até aos inícios do século XVI.

Comparando com a situação ao nível do país, e especificamente com a restante área sul, podemos verificar que nestes séculos, apesar de uma conjuntura desfavorável, continuou a existir um considerável aumento do número de fundações. Leonor Ferraz de Oliveira<sup>21</sup> apresenta para a Diocese de Évora, um total de trinta e sete casas fundadas até finais do século XV.

O momento que se seguiu foi marcado pelo grande crescimento que as ordens religiosas tiveram a partir dos inícios do século XVI, no contexto da contra-reforma, que resultou na reformulação de muitas ordens religiosas e no surgimento de novos institutos. O considerável acréscimo de fundações que se dá no Algarve neste período, corresponde directamente ao que se verifica em todo o território português.

Finalmente, o abrandamento das fundações que se sentiu nesta região a partir do segundo quartel do século XVII só foi visível a nível nacional em finais desse século. Este período de declínio das ordens religiosas culminou, como sabemos, em 1834 com a extinção dos institutos regulares.

Analisando com maior detalhe as especificidades das formas de vida religiosa de cada um dos institutos que marcaram presença no Algarve, assim como o seu particular percurso histórico, podemos procurar compreender melhor as razões que levaram à sua instalação neste território.

A primeira ordem religiosa a chegar a estas terras foi, como vimos, a da Santíssima Trindade. Este instituto, fundado nos finais do século XII, teve com principal objectivo a redenção dos cativos. A sua entrada em Portugal ocorreu no início do século seguinte. Este território, de fronteira com o Islão ocidental, oferecia neste momento as condições ideais para a execução da sua missão de resgate de

---

<sup>20</sup> Ver a evolução do número de casas religiosas em Portugal em MARADO, Catarina Almeida (2007). Ob. cit., vol. 2, p.3 (quadro de análise 1.1 – As casas religiosas em Portugal)

<sup>21</sup> SANTOS, Maria Leonor Ferraz de Oliveira Silva (2009). Ob. cit.



cristãos, dirigida nesta fase às áreas da península que se encontravam ainda sob domínio muçulmano. Os Trinitários fundaram assim, os seus primeiros conventos em Santarém (1207) e Lisboa (1218), e em 1239, antes de finalizada a conquista do Algarve, instalaram-se em Silves a sua terceira casa, acompanhando desta forma o avanço da frente cristã.

No século XV, esta ordem entrou numa fase de declínio. Ainda assim, existe referência à sua presença em Faro, na Ermida de São Pedro, cerca do ano de 1415. As dificuldades que os trinitários enfrentavam neste período foram agravadas pelo facto de D. Afonso V ter chamado a si a actividade de redenção dos cativos. Na sequência destes acontecimentos, em 1450, foram encerradas as duas casas que detinham no Algarve. No início do século XVII, depois de retomarem a sua actividade de redenção de cativos, estes frades regressaram a esta região, onde edificaram o Convento da Trindade em Lagos, dirigindo agora as suas acções para o Norte de África.

A Ordem dos Frades Menores surgiu no início do século XIII, com uma nova proposta de vida religiosa, assente na pobreza evangélica, na caridade e na pregação. Este modelo de vivência consagrada leva estes frades a instalarem-se na cidades. Em Portugal, as primeiras fundações foram efectuadas em Guimarães, Alenquer e Lisboa, mas rapidamente abrangeram todo o território português, ocupando os principais aglomerados urbanos do reino. Quando, em 1272, a Custódia Portuguesa se dividiu em duas, com sedes em Lisboa e em Coimbra, os franciscanos detinham já catorze casas em território português. Pensa-se que a instalação dos franciscanos no Algarve terá acontecido apenas no início do século seguinte em Tavira (1312) e Loulé (1328), dois dos seus aglomerados de maior importância neste período.

As inúmeras transformações que a Ordem de São Francisco sofreu ao longo dos séculos reflectiram-se também nas suas casas do Algarve, em especial no período reformista do início do século XVI. A divisão entre Conventuais e Observantes, datada de 1517, fez-se sentir nos conventos desta região. O Convento de São Francisco de Tavira foi nesta data convertido à Observância, enquanto que o de Loulé ficou na Província dos Claustrais. Em 1574, depois da extinção deste ramo dos franciscanos, esta casa foi entregue aos Eremitas Calçados de Santo Agostinho. Mas foi o aparecimento de novas tendências da “mais estrita observância” nascidas da Ordem de São Francisco, designadamente a *primeira capucha* da Província da Piedade<sup>22</sup>, que veio transformar fortemente o panorama

---

<sup>22</sup> Esta província capucha surgiu em resultado de uma reforma da Ordem de São Francisco efectuada em 1498 por Frei João de Guadalupe, um religioso espanhol. Em 1500, esse mesmo frade funda o

conventual do Algarve. Estes frades, que surgiram no interior alentejano, cedo se instalaram na região algarvia. A sua primeira casa neste território, no Cabo de São Vicente, foi a quarta fundação em Portugal, depois da casa-mãe que se situava em Vila Viçosa. No período de um século, sensivelmente, os capuchos fundaram mais seis casas nos principais centros urbanos algarvios<sup>23</sup>. As características desta região proporcionavam condições que correspondiam aos seus critérios de localização: cidades de pequena dimensão, às quais os capuchos associavam as suas casas, instalando-as a uma considerável distância do seu espaço urbano, e uma grande proximidade com o elemento água, junto ao qual construíam as suas casas.

O ramo feminino dos Franciscanos teve também grande difusão em Portugal. Porém, dos setenta e cinco conventos que as Clarissas fundaram no actual território português, incluindo as ilhas atlânticas, desde o século XIII até a extinção das ordens religiosas, apenas um se localizou na região do Algarve. Esta casa, o Convento de Nossa Senhora da Assunção, foi fundada no início do século XVI em Faro. Na sequência da instalação desta comunidade, os Capuchos dessa cidade viram-se obrigados a trocar de casa com os Franciscanos Observantes de Portimão, para que as freiras ficassem sob jurisdição destes.

Nesta época existiu ainda a intenção de fundar outra casa de freiras de Santa Clara em Tavira. No entanto, esta acabou por ser entregue às monjas Cistercienses<sup>24</sup> em 1530, constituindo a única presença desta ordem no Algarve, no

---

Convento de Nossa Senhora da Piedade perto de Vila Viçosa e será a partir desta casa que é criada, em território português, a Custódia de Santa Maria da Piedade, que em 1517 se transformará em Província, estendendo-se por todo o território português. Em 1673, é dividida em duas províncias autónomas: a da Piedade, que fica com os conventos a sul do Tejo, e a da Soledade, que fica com aqueles que se situam a norte desse rio. Sobre a Província da Piedade ver FARO, Frei João de. Fragmento Académico. Notícias geraes e particulares da Província da Piedade. Da regular observancia de N.º P. S. Franc.º, s.l.: s. ed., 1721; e MONFORTE, Frey Manoel de. Chronica da Província da Piedade: primeira capucha de toda a Ordem & Regular Obfervancia de noffo Seraphico Padre S. Francisco. Lisboa: ed. Officina de Miguel Deslandes, 1696.

<sup>23</sup> Sobre este assunto ver Catarina Almeida (2008). "Os frades capuchos no Reino do Algarve: processo de instalação e tipologia de localização". Anais do Município de Faro. Vol.s XXXIII-XXXIV (2003-2004). Faro: Câmara Municipal de Faro, 2008, pp. 12-27.

<sup>24</sup> Damião Augusto de Brito VASCONCELOS transcreve um documento de um livro-tombo de 1675 do Hospital do Espírito Santo em Tavira, onde se lê: "(...) não pareça equivocação ou engano mas verdade certa de que o dito Rei fundou este convento para freiras de Santa Clara em Tavira cuja instituição se mudou depois que fez doação d'elle às ditas monjas de São Bernardo". VASCONCELOS, Damião A. B. (1999). Notícias Históricas de Tavira (1242-1840). Tavira: ed. Câmara Municipal de Tavira, p. 222. Este autor refere ainda que a fundação desta casa estava inicialmente prevista para a Casa do Hospital do Espírito Santo.

Mosteiro de Nossa Senhora da Piedade, também conhecido como Convento das Bernardas.

A Ordem da Imaculada Conceição fundada pela portuguesa Beatriz da Silva, em 1489, na cidade de Toledo, chegou a este espaço geográfico. Estas freiras, conhecidas como Concepcionistas Franciscanas, fundaram a primeira casa em Portugal no século XVII em Braga, depois em Chaves e logo em seguida instalaram-se em Loulé no Convento do Espírito Santo. Sendo esta portanto, a terceira comunidade instalada em espaço português. No ano de 1763, esta ordem tinha apenas seis conventos em Portugal.

A Ordem de São Jerónimo, que se instalou em Portugal a partir de 1400, teve no Algarve, uma presença bastante breve<sup>25</sup>. O carácter eremítico destes religiosos levou-os a procurar locais isolados e na proximidade do mar para se instalarem. De acordo com Mário Oliveira, das dez casas desta ordem que se fundaram em Portugal (nas quais não se encontra incluído o Convento de São Vicente), “à excepção de Santa Maria do Espinheiro, os mosteiros são construídos no litoral do país perto da solidão e da contemplação onde a paz e o silêncio são os companheiros de viagem”<sup>26</sup>. Assim sendo, o Cabo de São Vicente apresentava as condições ideais para receber uma casa de Jerónimos. Em 1476 Sisto IV autorizou a fundação de uma casa para estes monges na Diocese de Silves<sup>27</sup>, mas a sua presença no Convento de São Vicente apenas está documentada a partir de 1514. Porém, poucos anos depois, em 1516, os Jerónimos abandonaram o edifício, que foi entregue nessa data aos capuchos da Província da Piedade.

A Ordem do Carmo chegou a Portugal por volta de 1251 e fundou o seu primeiro convento em Moura. Foi a partir dessa casa que os Carmelitas se difundiram-se por todo o país, com casas em Lisboa, Colares, Vidigueira, Beja, Évora, Coimbra, e também, em Lagoa. Em 1593 formalizou-se a separação entre Calçados e Descalços. O declínio da primeira tendência foi fortemente agravado

---

<sup>25</sup> Alguns autores referem que vinda destes religiosos para o Algarve foi efectuada 1316 em por acção de D. Dinis. Ver GOMES, Mário Varela; SILVA, Carlos Tavares da (1987). Levantamento Arqueológico do Algarve: Concelho de Vila do Bispo. s. l.: ed. Delegação Regional do Sul da Secretaria de Estado da Cultura, p. 25. Cândido dos Santos afirma ter-se tratado apenas de uma tentativa de fundação de um mosteiro desta ordem neste local. SANTOS, Cândido dos (1980). Os Jerónimos em Portugal: das origens aos fins do século XVII. Porto: Instituto Nacional de Investigação Científica, Centro de História da Universidade,

<sup>26</sup> OLIVEIRA, Mário R. F. L. (2000) “Jerónimos”. AZEVEDO, Carlos A. Moreira (dir.). Dicionário da História Religiosa de Portugal. Lisboa: Círculo dos Leitores.

<sup>27</sup> Refira-se também que foi D. Álvaro, Bispo de Silves que elaborou os estatutos que os jerónimos adoptaram em 1466. Cf. OLIVEIRA, Mário R. F. L. (2000) “Jerónimos” in AZEVEDO, Carlos A. Moreira (dir.). Dicionário da História Religiosa de Portugal. Lisboa: Círculo dos Leitores.

pelo terramoto de 1755, do qual muitos dos seus conventos não conseguiram recuperar. Foi o caso do Convento de Nossa Senhora do Socorro, fundado em Lagoa no ano de 1551. Pertencente ao ramo dos Descalços, o Convento do Carmo de Tavira foi fundado em 1745, alguns anos, em 1773, depois foi erigida a Ordem dos Carmelitas Descalços de Portugal.

O ramo feminino desta ordem fundou a primeira casa de Carmelitas Calçadas foi fundada em Beja, em seguida, no ano de 1557 erigiu o Convento de Nossa Senhora da Conceição em Lagos, constituindo a segunda comunidade em Portugal.

O primeiro período de difusão dos Eremitas de Santo Agostinho decorreu entre os séculos XIII e XIV, mas foi apenas no século XVI, através de um importante impulso de reforma, que a ordem ganhou maior prestígio e visibilidade. Foi neste contexto que se fundaram as casas de Tavira (1544) e de Loulé (1574). A primeira foi edificada em resultado do abandono do Convento de Azamor e a segunda foi entregue a esta Ordem depois de ter sido abandonada pelos Franciscanos, há semelhança do que aconteceu por exemplo, no Convento de Castelo Branco.

A Ordem dos Eremitas de São Paulo formou-se a partir da Congregação Eremitica Portuguesa da Serra de Ossa e foi essencialmente nesta região que estes religiosos se difundiram. A sua presença no Algarve terá tido início em 1448 num eremitério localizado no sítio de São Marcos, nos arredores de Tavira. Nos primeiros anos do século XVII, depois da integração da Congregação na Ordem de São Paulo, esta comunidade transferiu-se para a cidade, fundando o Convento de São Paulo de Tavira.

Os padres da Companhia de Jesus chegaram a Portugal em 1540, por iniciativa de D. João III, e rapidamente se espalharam pelas mais importantes urbes do reino. Este instituto, ligado essencialmente aos grandes centros de poder, de Lisboa, Coimbra e Évora, só depois de muita insistência aceitou vir para o Algarve, para fundar o Colégio de São Tiago Maior em Faro no ano de 1605. O outro Colégio Jesuíta desta região, edificado em Portimão, deve unicamente a sua existência a um nobre dessa vila, que patrocinou por completo a sua construção.

A expulsão dos Padres Jesuítas, em 1759, determinou o encerramento destes dois edifícios, permitindo a vinda de outras comunidades religiosas para os ocupar<sup>28</sup>. Em Portimão, a Ordem dos Ministros dos Enfermos, cujos religiosos

---

<sup>28</sup> Alguns autores referem que o Colégio Jesuíta de Faro foi ocupado neste período por frades Marianos em Faro. Julgamos porém que esta ocupação não se verificou. Sobre este assunto ver MARADO, Catarina Almeida (2006). "O destino dos antigos espaços conventuais da cidade". MONUMENTOS (Faro: de vila a cidade), n.º 24. Lisboa: DGEMN, Março de 2006, pp. 32-41, nota 3.

ficaram conhecidos por Padres Camilos devido ao nome do seu fundador São Camilo de Lellis, tomou posse do Colégio de São Francisco Xavier, no ano de 1780.

Também dedicados à assistência aos enfermos, os Hospitaleiros de São João de Deus, que apareceram em Portugal, no início do século XVII em Montemor-o-Novo, vieram para Lagos, cidade de forte presença militar, e instalaram-se no Convento de São João de Deus em 1696, dedicando-se ao tratamento de soldados doentes<sup>29</sup>.

Os Monges dos Pegos Verdes<sup>30</sup> tiveram apenas uma casa em Portugal, na serra algarvia, perto de Portimão.

Para além dos factores que terão influenciados a vinda das diferentes ordens para o Algarve, o seu ideal de vida religiosa levou-as a procurarem determinados contextos físicos para se instalarem. Como sabemos, os Cistercienses preferiram os vales, os Jerónimos as zonas do litoral, os Franciscanos as cidades, os Jesuítas as grandes urbes e os Capuchos os pequenos aglomerados. Todas estas preferências estão presentes na implantação destas ordens neste território.

Assim, pertencendo essencialmente a comunidades mendicantes, a grande maioria das casas do Algarve localizaram-se nos aglomerados urbanos ou na sua proximidade. Ou seja, num total de vinte e seis fundações, quinze foram efectuadas em espaço urbano, nove em área periurbana e apenas duas em contexto rural.

As fundações de carácter urbano foram realizadas principalmente pelos primeiros franciscanos, pelos jesuítas e pelas várias comunidades de freiras. Enquanto as fundações periurbanas são aquelas que se localizaram em ambiente natural, mas na proximidade de um aglomerado urbano. Neste grupo podemos encontrar essencialmente as casas capuchas de Lagos, Silves, Portimão e Loulé, enquanto que as mais tardias se localizaram já no limite do espaço urbano das cidades de Faro e Tavira.

Em menor número, como vimos, estão as casas rurais. Estas foram apenas duas<sup>31</sup>: a dos Jerónimos no Cabo de São Vicente e a dos Monges dos Pegos Verdes na serra algarvia. Todas elas correspondem a comunidades que tiveram origem na vivência eremítica. A única fundação monástica, da Ordem de Cister,

---

<sup>29</sup> Também em Lisboa estes frades tiveram a administração de um hospital para militares no Castelo de S. Jorge. Ver ALMEIDA, Fortunato de. *História da Igreja em Portugal*. Porto/Lisboa: Livraria Civilização, vol. 2, p. 187.

<sup>30</sup> Sobre os Monges dos Pegos Verdes ver ALMEIDA, Fortunato de. *Ob. cit.*, vol. 3, p. 109 e DINIZ, Pedro (1854). *Das ordens religiosas em Portugal*. S.l.: s.n., p. 173.

<sup>31</sup> A primeira fundação dos Paulistas no sítio de S. Marcos (antes de se mudarem para a cidade de Tavira) também foi efectuada em contexto rural.

efectuou-se em contexto urbano, nas proximidades da cidade de Tavira, por se tratar de um comunidade feminina.

Estas localizações, essencialmente urbanas e periurbanas, resultaram na concentração das casas monástico-conventuais na linha litoral, entre Lagos e Tavira, que é onde se situa a rede urbana do Algarve. Esta característica – uma densa estrutura urbana – terá sido uma das razões da vinda de muitas das comunidades religiosas para esta região.

A concretização de uma fundação dependeu também da intervenção de terceiros, que asseguravam as condições físicas e económicas para a construção do edifício. Por norma, a figura do rei esteve muitas vezes associada à fundação de casas religiosas. No entanto, no “longínquo” Algarve, a realidade foi outra. Só pontualmente, os monarcas intervieram na construção de mosteiros e conventos neste território. E verdadeiramente só o fizeram, os reis D. Dinis e D. Manuel, no tempo em que o Reino do Algarve estava directamente relacionado com os interesses do Reino de Portugal. Ou seja, na fase da consolidação das fronteiras ibéricas, e mais tarde, enquanto base de apoio às incursões portuguesas no Norte de África. A estes períodos, e a estes monarcas, se deve a fundação da Ordem de Cristo em Castro Marim e a construção de uma casa regular no Cabo de São Vicente, marcando os dois extremos desta região. Mas também, a fundação de duas casas femininas, uma em Tavira e outra em Faro.

A intenção de fundar uma casa regular feminina em Tavira para freiras de Santa Clara, que vem do reinado de D. João II, foi concretizada em 1509, por D. Manuel. No entanto, esta acabou por ser entregue à Ordem de Cister e foi edificada noutro local, sobre protecção episcopal. A casa feminina de Faro, embora também fundada no reinado de D. Manuel, foi na realidade, da responsabilidade de D. Leonor, viúva de D. João II, uma figura importantíssima para a implantação da observância da Regra de Santa Clara em Portugal. Sendo este o único convento, no contexto da região do Algarve, que podemos identificar como fundação régia.

D. Manuel também se empenhou pessoalmente, na difusão da vida regular, designadamente na reforma de alguns dos conventos franciscanos. No Algarve, este monarca teve influência directa na entrada do Convento de São Francisco de Tavira na Observância, em 1517, quando da separação desta ordem em duas tendências.

Mas não só o rei intervinha na fundação de novas casas regulares, também o fazia o poder eclesiástico, alguns elementos da nobreza ou mesmo, a iniciativa

popular. No Algarve, e segundo a nossa análise<sup>32</sup>, foram de facto os bispos que mais fundações concretizaram. Uns com maior protagonismo que outros, não sendo obviamente alheios ao momento histórico em que ocuparam na cadeira episcopal. Pelo papel interventivo na fundação de casas regulares, destaca-se D. Fernando Coutinho (1502-1538) que proporcionou, por exemplo, a vinda dos capuchos para o Algarve com a construção de quatro casas<sup>33</sup>. Também se evidencia D. Fernando Martins Mascarenhas (1594-1616), que intercedeu para que se instalassem os trinitários em Lagos<sup>34</sup>, para que viessem os jesuítas para Faro<sup>35</sup>, e também, para a construção do convento capucho de Tavira<sup>36</sup>.

Onde os bispos tiveram, quase todos, uma constante interferência foi nas casas femininas. À excepção das Clarissas de Faro<sup>37</sup>, todas as outras tiveram a intervenção e o apoio do poder eclesiástico, de padres e bispos. A casa feminina de Tavira foi entregue pelo bispo D. Fernando Coutinho às monjas cistercienses, sendo uma das suas irmãs a primeira abadessa do mosteiro. A fundação do convento de freiras Carmelitas em Lagos foi efectuada pelo padre Cristóvão Dias, a de Loulé teve a intervenção do padre João de Aguiar Ribeiro e a de Lagoa, do pároco António Pacheco Quaresma, sendo seu protector o Bispo Inácio de Santa Teresa<sup>38</sup>.

---

<sup>32</sup> Ver MARADO, Catarina Almeida (2007). Património conventual y periferia. La salvaguardia de los antiguos espacios conventuales del Algarve. Tese de Doutoramento apresentada no Departamento de Urbanística y Ordenación del Territorio da ETSArquitectura. Universidade de Sevilha, Sevilla, vol. 2, pp.13-22 (quadro de análise 2.2 – El poder régio e quadro de análise 2.3 – La obra del obispado).

<sup>33</sup> Este bispo solicitou a vinda destes religiosos para ocupar um convento existente no Cabo de São Vicente (que havia sido deixado pelos Jerónimos), e como contrapartida ofereceu-lhes a construção de mais três casas no Reino do Algarve, em Silves, Lagos e Faro. Assim, no seu bispado foram fundados, para além do Convento do Cabo de São Vicente (1516), o Convento de Nossa Senhora da Glória em Lagos (1518) e o Convento de Nossa Senhora do Paraíso em Silves (1518). A construção de uma casa capucha em Faro aconteceu ainda durante a sua presença do Paço Episcopal, no entanto, ela foi transferida para Vila Nova de Portimão, em 1541, no bispado do seu sucessor D. Manuel de Sousa (1538-1545) devido à construção de uma casa feminina em Faro.

<sup>34</sup> Foi determinante a sua influência para a construção do convento dos frades da Santíssima Trindade em Lagos, através de um pedido à Câmara desta cidade para que fossem criadas todas as condições para a instalação desta comunidade. Esta carta é transcrita em CORREA, Fernando C. Calapez (1994). A cidade e o termo de Lagos no Período dos Reis Filipes. Lagos: ed. Centro de Estudos Gil Eanes, p. 301.

<sup>35</sup> Foi também este bispo que conseguiu concretizar a intenção de fundar um colégio jesuíta no Algarve, o Colégio de Santiago Maior na cidade de Faro, depois de inúmeras tentativas frustradas por parte dos seus antecessores

<sup>36</sup> Interveio junto do Provincial da Piedade para que se realizasse a fundação desta casa e financiou a construção do edifício. LOPES, João Baptista da Silva. Ob. cit., p. 372.

<sup>37</sup> De fundação régia, como referimos, mas também porque estas freiras viviam sobre a protecção dos frades franciscanos da mesma cidade.

<sup>38</sup> Cfr. SANTOS, Rossel Monteiro (2001). História do Concelho de Lagoa. Lisboa: Edições Colibri e Câmara Municipal de Lagoa, vol.II, pp. 282-283.

Porém, a participação dos bispos não se limitava à fundação. Fr. Lourenço de Santa Maria (1752-1783), por exemplo, interveio em diversos conventos do Algarve, na sequência dos danos causados pelo terramoto de 1755. Este bispo teve assim um papel fundamental na reconstrução de muitos dos edifícios religiosos do Algarve, principalmente na recuperação dos conventos das freiras de Lagos, Faro e Loulé, mandando-lhes reedificar as suas casas.<sup>39</sup> Mas foi D. Francisco Gomes do Avelar<sup>40</sup> (1789-1816), cuja obra é bastante reconhecida em diversas áreas, que, alguns anos mais tarde, veio concluir esta tarefa. Participou nas obras do convento das concepcionistas de Loulé e reconstruiu a casa dos eremitas dos Pegos Verdes, onde permanecia frequentemente durante as suas deslocações às Caldas de Monchique.

A intervenção da nobreza neste processo observa-se primordialmente nas mais pequenas localidades. Lagoa, Monchique, Vila Nova de Portimão e Loulé apenas tiveram conventos devido à intervenção de um dos seus membros. A eles se deve a construção de grande parte dos conventos do Algarve.

A instalação dos Franciscanos Observantes em Vila Nova de Portimão (que posteriormente se transferiram para Faro) foi da responsabilidade de Simão Correia, "*Capitão de Azamor em 1516-1517, acompanhante de D. Beatriz – filha de D. Manuel – a Saboia a quando do seu casamento com Carlos III*"<sup>41</sup>. A fundação da casa franciscana de Estômbar no concelho de Lagoa, em 1615, foi também levada a cabo por uma figura da nobreza, Diogo Vieira Boyo, capitão e cavaleiro fidalgo da Casa Real. O Convento de Nossa Senhora do Desterro da Terceira Ordem da Penitência, de frades franciscanos, fundado em 1631 em Monchique, foi obra de Pedro da Silva, antigo vice-rei da Índia. Assim como o Colégio de São Francisco Xavier em Portimão, cuja construção, nesta pequena vila do Reino do Algarve, só foi possível devido à influência de D. Diogo Gonçalves, vedor da casa do vice-rei.<sup>42</sup>

<sup>39</sup> Idem, *ibidem*, p. 426.

<sup>40</sup> Sobre este bispo ver ALMEIDA, Fortunato de. *História da Igreja em Portugal*. Porto/Lisboa: Livraria Civilização, 1967-1971, vol.3, pp. 484-486; CORREIA, José Eduardo Horta. O significado do mecenato do Bispo do Algarve D. Francisco Gomes do Avelar. Separata dos "Anais do Município de Faro", n.º XXVI. Faro: s.e., 1996; JUNIOR, Padre José Cabrita. O Bispo Santo. D. Francisco Gomes do Avelar. Esboço biográfico. Faro: Tipografia União, 1940.; FRANCO, Cónego Marcelino <sup>a</sup> M. e GUEDES, Ernesto A. T. (org.) Primeiro centenário de D. Francisco Gomes do Avelar. Publicação Comemorativa. Faro: Typografia União, 1916; OLIVEIRA, Francisco Xavier D' Athaide. Biografia de D. Francisco Gomes do Avelar. Porto: Tipographia Universal, 1902.

<sup>41</sup> RAMOS, Manuel Castelo (1982). Um monumento franciscano: O Convento de N. S. da Esperança em Portimão, *Património e Cultura*, n.º 8. Vila Real de St.º António: ed. Adipacna.

<sup>42</sup> Segundo nos relata Guerreiro Gascon existe uma lenda que diz que a fundação do convento de Monchique e do Colégio de Portimão se deve ao cumprimento de uma promessa de dois homens (o antigo vice-rei da Índia e o seu vedor), feita em alto-mar, num momento de desespero, que previa a



Também a instalação dos Carmelitas Calçados em Lagoa teve a intervenção de um homem ligado à nobreza, Pedro Fernandes, escrivão da Câmara de D. Catarina, mulher de D. João III, tendo o pedido de autorização papal sido solicitado pela rainha<sup>43</sup>. Igualmente, a ida dos frades capuchos para Loulé foi da iniciativa de uma importante figura local, Nuno Rodrigues Barreto, que tendo patrocinado a construção do convento desta ordem em Faro, ficou bastante desiludido com a sua transferência para Vila Nova de Portimão. Por esse motivo, exigiu a construção de uma outra casa em terras suas perto de Loulé, para a qual doou o terreno e custeou as obras.

Por fim, a população teve também alguma participação na concretização de fundações religiosas. Os capuchos, por exemplo, foram sensíveis aos pedidos da população de algumas cidades para que aí construíssem uma casa. Frei Manoel de Monforte, cronista da Província da Piedade, refere a vontade do povo como o principal factor para que se concretizasse a construção dos conventos de Santo António em Faro e em Tavira, nos anos de 1612 e 1620, respectivamente. Relativamente à fundação do Convento de Faro, este autor escreve: “*Nenhuma cidade desse Reino mostrou tanto a devoção que tinha à nossa Província, como a de Faro no do Algarve, porque por três vezes em diferentes tempos procurou fazer-nos ali casa*”<sup>44</sup>; e referindo-se à fundação do Convento de Santo António de Tavira afirma que: “*Ainda que houvesse muito tempo que os moradores de Tavira (...) desejassem ter um Convento desta Província em sua cidade, no ano de 1606, o procuraram com maior instância (...)*”<sup>45</sup>. Neste último caso, foi a própria cidade de parte de um rossio público para a implantação do edifício.

As particulares características desta região, nomeadamente a sua tardia entrada no mundo cristão, a sua forte identidade própria (que o manteve em termos conceptuais como um reino autónomo), a sua localização geográfica (que foi porta de entrada para os territórios do Norte de África e ponto de embarque para as conquistas ultramarinas), as suas estreitas relações com a Andaluzia, a costa norte-

---

construção de uma “igreja no lugar da terra de Portugal que primeiro avistassem do mar”. O voto terá sido cumprido com a construção de duas casas regulares: uma em Monchique e outra em Vila Nova de Portimão. Ver GASCON, J. A. Guerreiro (1955). Subsídios para a monografia de Monchique. Portimão: Mana C. R. Guerreiro Gascon, p. 234.

<sup>43</sup> BAYÓN, Balbino Velasco. História da Ordem do Carmo em Portugal. Lisboa: Paulinas, 2001, p. 74.

<sup>44</sup> MONFORTE, Frey Manoel de (1696). Chronica da Provincia da Piedade: primeira capucha de toda a Ordem & Regular Obfervancia de noffo Seraphico Padre S. Francisco. Lisboa: ed. Officina de Miguel Deslandes, p. 666.

<sup>45</sup> Idem, ibidem, p. 651.

africana e o mediterrâneo, e ainda, a sua situação periférica em relação ao território português continental, foram aspectos que como vimos, influenciaram a constituição da sua rede monástico-conventual.

No entanto, pensamos que terão sido essencialmente as características de vida religiosa dos diferentes institutos que os conduziram, em determinado momento histórico, para esta área geográfica. Neste processo a intervenção de fundadores e patrocinadores da construção, teve também obviamente, grande importância.

Importa ainda fazer referência a outro factor que aqui não desenvolvemos e que podemos chamar de vontade de expansão territorial por parte das próprias ordens, que as terá levado, de forma consciente ou não, a desenhar uma estratégia, global ou pontual, de desenvolvimento e de gestão dos seus domínios territoriais. Este conhecimento revela-se de grande importância para a compreensão da relação das ordens religiosas com os territórios, mas só poderá ser desenvolvido a partir de estudos individualizados para cada uma das ordens religiosas, e que, focados especificamente na distribuição territorial, interpretem os seus métodos e processos, identifiquem as fases e os actores, e efectuem a respectiva correspondência com as particularidades de cada espaço geográfico em cada momento histórico.

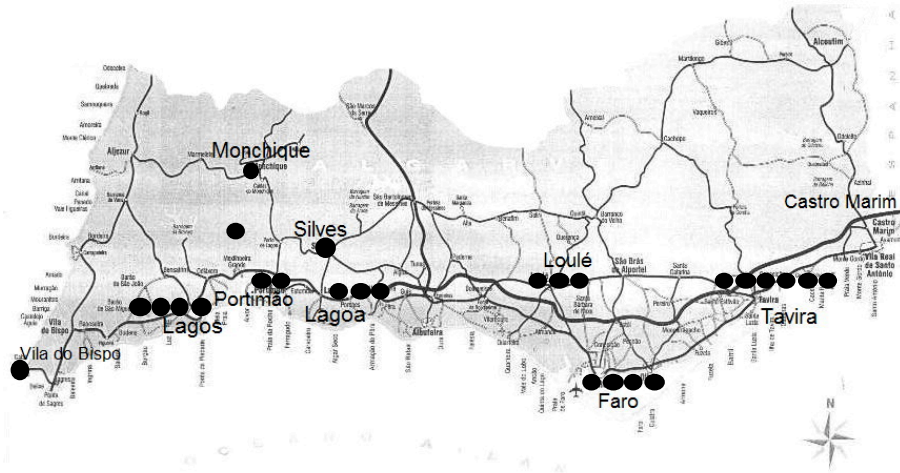
Por fim, e relativamente à participação que as comunidades religiosas tiveram na conformação do território, concluímos que a importância que as ordens monásticas tiveram na formação e estabilização do território português, não teve nesta região, a mesma expressão. No entanto, as presenças regulares, terão tido, também aqui, o seu papel na marcação dos limites do seu espaço geográfico, nomeadamente no Cabo de São Vicente como meio para assegurar uma permanência neste tão importante lugar constantemente ameaçado<sup>46</sup>, e também em Castro Marim, onde a presença da Ordem de Cristo quis certamente também afirmar a fronteira entre Portugal e Castela, finda a disputa sobre o Reino do Algarve. Na realidade, nas regiões mais a sul coube às ordens militares a tarefa de assegurar os territórios reconquistados.

Inserida no mundo cristão no tempo do aparecimento das ordens mendicantes, esta região foi, como vimos, essencialmente palco da difusão deste ideal de vida religiosa, e foram estas as que tiveram maior influência na “construção”

---

<sup>46</sup> Refira-se ainda que, um documento de 1573, refere que o rei tem intenção de fazer um convento de cavaleiros da Ordem de Cristo no Cabo de São Vicente, para o qual se passaria o de Tomar, e para que estes a partir dessa casa defendessem todo o Algarve dos ataques dos Mouros e Turcos. Cf. GUEDES, Lívio da Costa (1988). Aspecto do reino do Algarve nos séculos XVI e XVII. A descrição de Alexandre Massai (1621). Lisboa: Arquivo Histórico Militar, p. 222.

deste território. Passada a necessidade de assegurar e dinamizar as terras recém-conquistadas, tratava-se agora de consolidar e desenvolver a rede urbana. A importância das fundações regulares transportou-se assim, da escala territorial para a escala urbana, onde as ordens religiosas passaram a ter um papel determinante.



### A rede monástico-conventual do Algarve

	designação das casas	primeira religiosa	comunidade	fundação	segunda religiosa	comunidade	fundação
Vila do Bispo	Convento do Cabo de São Vicente	Jerónimos		(1514)	Capuchos da Província da Piedade		1516
Lagos	Convento de Nossa Senhora da Glória	Capuchos da Província da Piedade		1518			
	Convento de Nossa Senhora da Conceição	Freiras Calçadas	Carmelitas	1557			
	Convento da Trindade	Trinitários		1605			
	Convento de São João de Deus (1)	Hospitaleiros de São João de Deus		1696			
Portimão	Convento de Nossa Senhora da Esperança	Franciscanos observantes		1530	Capuchos da Província da Piedade		1541
	Colégio de São Francisco Xavier	Jesuítas		1660	Padres Camilos		1780
	Eremitério dos Pegos Verdes	Monjes dos Pegos Verdes		(1789-1816)			
Monchique	Convento de Nossa Senhora do Desterro	Terceiros franciscanos		1631			
Silves	Convento de Nossa Senhora do Paraíso	Capuchos da Província da Piedade		1518	Terceiros franciscanos		1618
Lagoa	Convento de Nossa Senhora do Socorro	Carmelitas calçados		1551			
	Convento de Santo António do Parchal	Franciscanos observantes		1615			
	Convento de São José	Freiras descalças	carmelitas	1713			
Loulé	Convento de Nossa Senhora da Graça	Franciscanos Claustrais		1328	Eremitas Calçados de Santo Agostinho		1574
	Convento de Santo António	Capuchos da Província da Piedade		1546			
	Convento do Espírito Santo	Freiras Concepcionistas	Franciscanas	1693			
Faro	Convento de Nossa Senhora da Assunção	Freiras Clarissas	Franciscanas	1519			
	Convento de São Francisco	Capuchos da Província da Piedade		1529	Franciscanos Observantes		1541
	Colégio de São Tiago Maior	Jesuítas		1605			
	Convento de Santo António	Capuchos da Província		1620			

da Piedade					
Tavira	Convento de São Francisco	Franciscanos Claustrais	1312	Franciscanos Observantes	1517
	Mosteiro de Nossa Senhora da Piedade	Monjas Cisterciences	1509		
	Convento de Nossa Senhora da Graça	Eremitas Calçados de Santo Agostinho	1542		
	Convento de São Paulo	Eremitas de São Paulo	1606		
	Convento de Santo António	Capuchos da Província da Piedade	1612		
	Convento de Nossa Senhora do Carmo	Carmelitas Descalços	1745		

(1) Este edifício já não existe